

## **“O TERROR SE APODEROU DE TODOS”: EPIDEMIA DE CÓLERA-MORBO EM QUIXERAMOBIM, 1862-1863**

Mayara de Almeida Lemos\*

O cólera chegou ao Brasil em 1855, desde então foi vivenciado de formas diversas de acordo com o contexto de sua ocorrência. Despertou representações, atraiu a atenção das autoridades, foi apropriado pelos discursos moralizantes, bem como científicos, no processo de legitimação da medicina no Brasil oitocentista.

As epidemias, tal qual o cólera, como fontes de análise constituem um acervo riquíssimo para a compreensão das sociedades do passado e para as formas como estas lidaram com algumas de suas maiores fontes de ansiedade: a doença, a coesão social e a morte. (WITTER, 2000: 34).

Nesse sentido estudar a história da saúde e das doenças permite não apenas compreender o evento epidêmico em si, mas também de que formas pode ter sido utilizado para satisfazer outros interesses, inerentes aos contextos em que tais surtos se manifestaram.

O cólera-morbo atingiu o Ceará de forma epidêmica pela primeira vez no ano de 1862, permanecendo na região em intervalos até o ano de 1864, porém sua presença na referida Província era esperada desde 1855, quando surgiram os primeiros casos no Brasil. Assim, a trajetória da doença teve início antes mesmo de sua ocorrência, tendo em vista as representações veiculadas nos jornais locais, advindas das províncias afetadas.

Apesar de o Ceará ter permanecido imune até o ano de 1862, essa Província esteve cercada pela doença no ano de 1855. Por alguns municípios serem fronteiriços às localidades atingidas, há relatos de casos de colerina nesse mesmo ano. No entanto, ao que parece, tal cerceamento não adquiriu o caráter letal observado nas demais províncias do Império brasileiro.

O fato de a doença ter atingido locais tão próximos fez com que as notícias fossem acompanhadas assiduamente, e com elas, vinham os relatos espantosos acerca da rápida devastação que ela causava no organismo, o que revestia o evento de uma fatal realidade que, mais cedo ou mais tarde, viria a atingir o Ceará e algo que somente Deus poderia evitar.

O Ceará, inserido neste momento de organização e desenvolvimento de ideias médicas e científicas, marcado por idas e vindas, eivado de tradições e posicionamentos não

---

\* Mestranda em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista FUNCAP. E-mail: [maylemos3000@yahoo.com.br](mailto:maylemos3000@yahoo.com.br)

apenas científicos, mas também religiosos, políticos e econômicos, aguardava a “chegada” do cólera desde 1855, quando a doença aportou no Pará. A expectativa fatalista, movida por especulações provenientes de relatos do que estava ocorrendo em outras províncias do Brasil, estimulou, e também foi estimulada, pela veiculação de notícias nos jornais cearenses.

Tal abordagem da epidemia pode ser acompanhada no Jornal O Cearense, que passou a publicar, a partir de 26 de junho de 1855, várias recomendações sobre a identificação da doença bem como as formas de prevenção e tratamento, de acordo com a fase de evolução dos sintomas, a fim de capacitar os leigos a atuar de acordo com o que os médicos delimitavam como correto, porém salientando que *não se conclua que consideramos a intervenção do médico como inútil (...) quisemos somente preparar a todos para poderem socorrer imediatamente a um cholérico* (O CEARENSE, 1855). Sempre publicadas nas duas primeiras páginas do jornal, na metade inferior das mesmas, de forma que pudessem ser recortadas e posteriormente unidas dando forma a um livreto, as publicações continuaram pelo restante do ano e tiveram continuação em 1856, até o mês de maio.

As publicações veiculavam notas não apenas em torno da cura, mas também da prevenção, isto se expressa no próprio título da capa “Remédios e medidas preventivas contra o cholera” e diante das incertezas quanto às causas da doença, quanto mais informações fossem divulgadas melhor seria para que vários tratamentos pudessem ser testados, pois como afirmava um médico: *até hoje não possuímos específico algum, nem tratamento infalível contra o cholera. He prudente sem conjecturarmos acerca do que pode reservar-nos o futuro, continuar a seguir os trilhos*. Foram compilados textos de autoria de médicos e comissões sanitárias das províncias do Pará, Bahia, Alagoas, Maranhão, Rio de Janeiro e também de Portugal, publicados originalmente em outros periódicos - como o Jornal da Bahia, o Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e o Jornal de Pharmacia de Lisboa.<sup>i</sup>

Entre as medidas preventivas figuravam os cuidados com a *hygiene da mesa*, ou seja, a observação de uma alimentação adequada, e também do vestuário e habitações, dentre os quais constam os seguintes itens: andar sempre limpo, tomar frequentes banhos, usar roupas limpas, evitar o calor do sol e a umidade da noite, evitar vigílias, aglomerações e excessos de toda espécie, habitar casas limpas, ventiladas e caiadas, manter os quintais limpos, manter os escravos limpos, evitar sair de casa - sendo preferível rezar em casa do que nas Igrejas, para evitar as aglomerações -, sepultar os coléricos em caixões hermeticamente fechados, queimar os colchões e roupas pertencentes aos mortos por cólera, cair as casas onde faleceram os coléricos e borrifá-las com cloro.

Quanto à alimentação incentivavam o consumo de caldos de frango, bebidas mucilaginosas e sopas de arroz nos períodos em que o organismo se encontrasse mais debilitado, à medida que o enfermo fosse recobrando as forças a dieta passaria a incluir alimentos mais consistentes. As frutas deveriam ser consumidas apenas caso estivessem no período adequado de maturação, as bebidas alcoólicas, principalmente o vinho também eram consideradas eficazes na prevenção do cólera. Em suma, a medicina de então defendia que a alimentação *ha de ser mais reparadora que abundante*.

A recomendação, cuja autoria é atribuída ao Dr. Norbeck, primeiro médico do Rei da Saxônia, resume o conjunto de fatores considerados importantes na prevenção e tratamento contra o cólera: *20 dozes de calor, 5 de asseio, 20 de moralidade, 2 de bom sono, 12 de ar puro, 50 de tranquilidade de espírito*. Portanto, manter a calma era benéfico, pois a ansiedade poderia gerar distúrbios gastrointestinais, considerados sintomas precursores da doença; a moralidade se encaixa ainda no quesito “evitar excessos de qualquer espécie”, seja com alimentação, trabalho, ou demais atividades. A moderação era considerada fundamental para a manutenção do equilíbrio corporal e conseqüentemente, da saúde.

Em um dos textos, intitulado *CHOLERA-MORBUS/Instrução popular* afirma-se que *apesar dos numerosos escriptos que tem apparecido sobre o cholera-morbus, o que sabemos relativamente a causa desse flagello e da sua essência reduz-se a nada*, porém mesmo assim a importância da atuação médica se justificava mediante a eficácia de uma intervenção correta a fim de conter o avanço da doença no organismo, considerando-se que *a sua marcha em algumas horas faz o que outras moléstias violentas fazem em alguns dias*.

Nesse contexto de preparação para a qualquer momento o Ceará ser vitimado pelo cólera o Presidente da Província, Francisco Xavier Paes Barreto, afirmava, no relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial em 1856, que a epidemia de cólera-morbo *tem espalhado entre os habitantes desta província fundados receios de que tenham também de sofrer as devastações daquele flagello*. Por esse motivo, de várias localidades da Província, surgiam ofícios, requerimentos, solicitando providências para o caso do aparecimento da epidemia em solo cearense.

Uma das localidades a requisitar este auxílio era Quixeramobim. Elevada a condição de município em 1856, correspondia a uma vasta extensão de terra na região central da Província, a região era considerada uma das mais favoráveis do Ceará para a criação de gado bovino, principal atividade econômica do local. Isto se refletia na organização espacial, que consistia em núcleo urbano cercado por várias fazendas. Neste período os atuais municípios de Boa Viagem e Quixadá, eram ainda distritos de Quixeramobim.

A sede do Município possuía três igrejas e duas escolas de primeiras letras, separadas por sexo. O traçado urbano da sede era restrito ao espaço delimitado pelo Riacho da Palha, Riacho Capadócio e Rio Quixeramobim, que circundavam o núcleo original da Fazenda de Santo Antonio do Boqueirão, representado pela Igreja Matriz, em cujo entorno a população construiu suas residências (SIMÃO, 1997).

Inicialmente, eram os rumores da epidemia de cólera que se avizinhava, mas no mês de maio eles tornaram-se realidade. Os preparativos que haviam sido tomados em 1855, quando o cólera fez sua primeira aparição em solo brasileiro, foram retomados: nomeação de Comissões de Socorros, instalação de enfermarias, distribuição de ambulâncias com medicamentos, contratação de médicos e demais profissionais necessários para a cura e sepultamento dos que viriam a ser vitimados pela doença. Era o começo de mais uma batalha pela vida travada em meio ao sertão cearense.

De que formas a doença foi compreendida/representada, e quais práticas de cura e distribuição de recursos foram efetuadas no sertão quixeramobinense? Este trabalho tem por intento refletir acerca destas questões.

Propondo analisar as representações do cólera partimos da compreensão de Chartier, tendo em vista que estas são parte de “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (CHARTIER, 1990:17), ou nas palavras de Pesavento:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2008: 39)

As representações do cólera foram buscadas em correspondências publicadas nos jornais, ofícios remetidos pelas Comissões Sanitárias da sede e dos distritos, bem como pela Câmara Municipal no período em que a epidemia permaneceu na cidade, ou seja, os anos de 1862 e 1863.

Tais representações mantinham estreita relação com as provenientes no restante do Império brasileiro, e no mundo, enraizadas na crença medieval e cristã que identificava as doenças como castigo divino, estas se traduziam nas metáforas que denominavam o cólera como *anjo do extermínio*, *judeo errante*, *cruel flagello* e *monstro cruel*, porém, as diferentes realidades conduziram a interpretações próprias de cada local, que se manifestaram nas práticas efetuadas pelo poder público e pela população na “luta” contra a doença, uma forma

de perceber isto é a análise da distribuição dos socorros remetidos pelo governo para serem distribuídos entre a população considerada indigente. Neste período a caridade ainda estava muito presente nos discursos do Estado, em virtude da ligação do mesmo com a Igreja Católica.

Apesar desta relação com o caráter religioso, a Comissão de Socorros procurava agir conforme as ideias médicas em voga e, conseqüentemente, com a teoria miasmática, extinguindo focos de contaminação, defendendo os sepultamentos em locais adequados, ou seja, no sentido contrário ao vento e distante de povoações, o que indica que a doença vinha sendo compreendida tanto como castigo quanto como fator da natureza, e portanto, teria que ser combatida nas duas frentes de ação. Assim, além de realizar missas, novenas, orações, o vigário local atuou na distribuição de socorros e na Comissão, decidindo quais medidas poderiam ser efetuadas para melhor combater a doença e auxiliar os acometidos.

Tal atuação do religioso era realizada em obediência às recomendações feitas pelo Bispo Dom Luiz Antonio dos Santos<sup>ii</sup>, mas não pode deixar de ser considerada também como instrumento de reconhecimento social e político, pois o mesmo era líder do Partido Liberal na região do sertão central cearense, tendo exercido inclusive o cargo de Vice-Presidente da província no ano de 1860.

Portanto, as práticas de combate ao cólera em Quixeramobim, bem como de distribuição dos recursos enviados pelo governo, não seguiam unicamente as determinações médicas advindas da capital, Fortaleza, e tampouco somente os ideais de solidariedade cristã, provenientes da crença na doença enquanto castigo, expiação de pecados; além destes fatores as práticas estavam cercadas pelo contexto e pelos homens que deveriam pô-las em ação.

O Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, também fazia parte do Partido Liberal, e sua atuação, enquanto provedor responsável pelo envio de recursos às localidades afetadas, vinha sofrendo ataques do Partido Conservador, em seu órgão de atuação: o jornal Pedro II. No intuito de defender o Presidente, o jornal do Partido Liberal, o Cearense, passou a publicar correspondências, provenientes de vários locais, nas quais se exaltava a rapidez com que o Sr. José Bento procedia no envio de médicos, gêneros alimentícios, medicamentos e recursos financeiros, se mais não fazia era em virtude das limitações econômicas e de profissionais, condições às quais estava sujeito e contra as quais nada poderia fazer.

Apesar de nos documentos remetidos pela Câmara e pelas Comissões de Socorros de Quixeramobim direcionados ao Presidente, os representantes locais requisitarem recursos, médicos e até mesmo pessoas para realizar sepultamentos, em virtude da recusa da população

de alguns distritos em realizar esta tarefa, o que demonstra a escassez e irregularidade na distribuição dos Socorros; quando foi necessário defender o Presidente de acusações feitas pelo partido opositor, os interesses políticos ganharam destaque, o que aponta como o período epidêmico pode ser usado como moeda de troca pelos representantes locais.

Enquanto os documentos trocados entre a cidade e a província sugerem a demora no envio de recursos, as passagens rápidas dos médicos pela cidade - onde logo surgiam novos surtos e a população se encontrava desassistida pela medicina oficial – as correspondências publicadas no Cearense estampavam exatamente o contrário, enaltecendo a atuação do Presidente da Província e responsabilizando a própria população pelas mortes ocorridas, pela demora em buscar o auxílio médico.

Tais esforços não passaram despercebidos quando o Ministro Imperial, Marquês de Olinda, solicitou a nomeação das pessoas que mais contribuíram na luta contra o cólera, pois o Presidente logo tratou de elencar seus correligionários em Quixeramobim. Além dele, que ficou com a recomendação da insígnia maior, o oficialato da Rosa, foram indicados mais dois padres e o delegado e juiz, bacharel Cordolino Barbosa Cordeiro. Em Quixadá, apenas um padre teve a mesma indicação. Todos seriam merecedores da insígnia de Cavaleiro de Cristo (VASCONCELOS, 1910).

Nos discursos, provenientes de Quixeramobim, que por vezes tencionavam a defender o Presidente da Província de acusações feitas pelos opositores do Partido Conservador, no jornal Pedro II, há uma inversão de papéis em que nessas tentativas de defesa, a população local era responsabilizada pelo adoecimento, com a falta de cuidados com higiene, alimentação, bem como a demora em buscar o auxílio médico, através dos tratamentos indicados. Neste texto de meados de agosto de 1862, escrito por um correspondente desta cidade, publicado anonimamente, assinado sob a alcunha de *Sentinela do deserto*, a ação do Presidente é louvada:

Por aqui todos os habitantes bendizem dia e noite a marcha salvadora do Sr. José Bento, à elle somente é que devemos a salvação de tantas vidas, pois a não serem tão promptas providencias, necessariamente teríamos perecido todos: nossas requisições foram de prompto satisfeitas, dinheiro, medicamentos e medico chegarão a tempo, multiplicou-se nossa coragem. (GAZETA OFFICIAL, 27.08.1862)

A ação do Sr. José Bento, é apresentada aos leitores da Gazeta, - que era a folha oficial do governo – como, além de rápida, solícita aos pedidos, encorajadora. *A elle somente devemos a salvação de tantas vidas*, é uma afirmação que busca engrandecer o administrador, e oculta os meandros da distribuição de recursos, as recomendações que vinham desde o

Ministério do Império, em uma rede em que participavam ativamente os padres, médicos, curandeiros, leigos, curiosos, e outros anônimos. Porém, o momento exigia dos correligionários do Partido Liberal um posicionamento, e os representantes de Quixeramobim desempenharam esta função:

onde pois accusar-se o governo? Porque pereceram alguns, victimas de sua imprevidência; outros, porque o mal os atacou com tal intensidade que zombou da medicina? É, por certo, muita intolerância pretender-se que uma epidemia tão mortífera, como é a do cholera-morbus, não faça victimas em uma provincia que a visitou pela primeira vez. (GAZETA OFFICIAL, 27.08.1862)

Argumento válido se considerarmos a situação sanitária brasileira na segunda metade do século XIX, e o caráter fatal do cólera no mesmo período, verificado nas pandemias que assolaram a população mundial:

Ora, quando a historia do cholera na Inglaterra, na França, e na Alemanha, onde as medidas hygienicas de multiplicação pelas cidades, villas, e aldeãs, onde a policia medica se acha tambem organizada na França, que neste ramo de publico serviço pode ser evocada por norma, quando nesses paizes tem essa insidiosa epidemia feito horrorosos e bárbaros estragos, zombando caprichosamente de todos os recursos, como não os fará no Brasil, onde não temos hygiene, nem policia medica methodicamente organizada, onde os asseios municipaes são feitos pelas Camaras respectivas, cujos orçamentos não chegam para o indispensável de seo expediente annuo. – Nestas circunstancias, como accusar-se a um governo que solícito, activo e providente tomou todas as medidas ao seo alcance para debelar o mal? Como fazer-se elle responsável pelos caprichos de uma tal epidemia? É muita fascinação, é muita intolerância, senão muita cegueira. (GAZETA OFFICIAL, 27.08.1862).

Em outra nota rápida, acerca dos números de mortos pela epidemia, publicada alguns meses depois do texto anterior, percebe-se a mesma justificativa:

A mortalidade, que já subiu acerca de 87 pessoas era atribuída em parte ao pouco cuidado dos doentes em procurarem em tempo os remédios, acontecendo que outros não guardavam a dieta prescripta, e muitos recahiam. Verificavam-se allí vários casos da febre typhoide e de bexigas, sendo estas benignas. (GAZETA OFFICIAL, 01.10.1862).

Se essa resistência à procura pelos serviços médicos houve não se sabe ao certo, no entanto, poderia caracterizar uma forma da população manifestar repúdio, ou ao menos desconfiança, em relação aos tratamentos prescritos pelos acadêmicos, bem como em seguir as dietas e medidas higiênicas recomendadas pelos mesmos, tendo em vista a intervenção em seus hábitos cotidianos e até mesmo nos alimentos disponíveis para consumo das famílias

quixeramobinenses, será que todas dispunham de condições para manter alimentos de boa qualidade sobre a mesa?

Apesar do momento vivenciado pelo Brasil ser o de legitimação da medicina, em que os médicos passaram a interferir mais junto à administração política, apontando o que seria salubre ou insalubre, o certo e o errado na higienização urbana, é certo que havia poucos esculápios no Brasil, e esse foi um dos motivos que possibilitou a contratação de profissionais ligados às artes da cura, porém não o único.

Na sede do município funcionou uma enfermaria, situada em casa de propriedade do vigário, Antonio Pinto de Mendonça, sobre a qual o mesmo afirma que apenas continha poucas camas, algumas camisolas de algodãozinho e entre seis a oito baetas (O CEARENSE, 09.12.1862). Esta era a configuração dos recursos na sede, porém a realidade nos distritos apresenta nuances diferentes.

Em junho de 1862 a Comissão de Quixadá afirmou, em ofício ao Presidente da Província, que não era possível *achar-se n'este lugar pessoa alguma; q. leve ahi conducção para vir remédios por dinheiro nenhum com o temor da peste, nem ao menos temos aqui curiozos, q. possam aplicar os remédios homeopaticos remetidos por esse Governo* (APEC, Comissão Sanitária de Quixadá, 1862). O medo, seria o responsável pela inexistência de voluntários para a ida a capital da província, Fortaleza, buscar os remédios que eram despachados na Santa Casa de Misericórdia, embora esta cidade não fosse uma das mais afetadas, o medo do desconhecido, da morte, se impunha. Baseado nesta informação a Comissão de Quixadá solicita ao Presidente que lance suas vistas para este distrito, e com isto, sugere que nem mesmo os membros da Comissão estariam realizando estas tarefas.

Logo, percebe-se que as formas como a epidemia foi vivenciada são múltiplas e foram diversas em cada província - geralmente com maior aporte de serviços nas capitais administrativas -, e até em cada município. Daí a necessidade de investigar tais ocorrências evitando conclusões precipitadas acerca de uma suposta homogeneidade, pois cada contexto, com seus sujeitos específicos, vivenciaram e combateram o cólera com os recursos de que dispunham, segundo suas crenças e interesses.

Em Quixeramobim os serviços médicos foram realizados pelo Cirurgião Francisco José de Mattos - o mesmo que fora contratado pelo Governo em 1855, como preparação para a epidemia -, e pelos Drs. Antonio Mendes da Silva, Januário Manoel da Silva e Thomaz Wrigth Hall, sendo que os dois últimos vieram de outras províncias, contratados em Comissão pelo Ceará, desta forma seguiam para as cidades que fossem consideradas mais necessitadas

de médicos, quando os números de casos diminuam e a epidemia era considerada extinta em outras.

Em virtude desta irregularidade de serviços, e também na confiança por parte da população na capacidade do Sr. Manoel da Silva Marfim, este curandeiro, foi contratado pelo governo da Província como responsável pelo tratamento de coléricos nas localidades Riacho do Meio, Ipueiras e Sítio Lapa, acompanhado de um enfermeiro e quatro coveiros.<sup>iii</sup>

Habitante de Aracati, este curandeiro já havia prestado seus serviços em Russas e encontrava-se de passagem em Quixeramobim, onde diante da escassez de pessoas para ministrar tratamento aos coléricos nos distritos mais distantes, foi contratado com autorização do Governo.

Apesar dos curandeiros, enquanto categoria profissional, terem sua atuação combatida pelos médicos - que os consideravam charlatões ignorantes -, em virtude da escassez dos acadêmicos, em momentos epidêmicos os curandeiros obtinham autorização para exercer seu ofício em troca da remuneração dos cofres públicos. Assim, o Sr. Marfim atuou em Quixeramobim entre os meses setembro e outubro de 1862, quando os médicos já haviam partido para outros municípios, tendo permanecido em Comissão apenas o Cirurgião Mattos, porém este prestava seus serviços somente na sede de Quixeramobim.

No entanto, após o término de seus serviços a quantia a ser paga ao Sr. Marfim, ou mesmo merecida, foi discutida em vários ofícios - remetidos pelo Cirurgião Mattos, Câmara Municipal e Comissão de Quixadá - sendo que apenas a última se mostrava favorável a uma maior remuneração. Para a Câmara Municipal a remuneração estaria a cargo do governo, a *cujá generosidade ficaria o arbítrio de o recompensar como julgasse de justiça*, numa demonstração de indiferença e menosprezo para com o trabalho do mesmo.

É importante salientar que mesmo sendo chamado de curandeiro, o Sr. Marfim havia tratado os coléricos seguindo os preceitos do *systema homephatico*, de cujo teor eram as boticas remetidas pelo governo da província, configurando-se mais como um leigo, um curioso, como eram designados os leigos que se atreviam a curar conforme prescrições médicas.

Os socorros enviados para Quixeramobim consistiam basicamente em medicamentos e baetas, uma espécie de cobertores grossos de lã, cuja função era manter o enfermo aquecido, condição considerada essencial para o tratamento dos coléricos. A ambulância remetida para Quixeramobim em 1856 permaneceu sob a guarda do Cirurgião Mattos, e em 1862 novas remessas foram feitas à medida que eram solicitadas. Os demais recursos, necessários à manutenção das enfermarias, como lençóis, camas, colchões e gêneros alimentícios ao que

tudo indica foram adquiridos com donativos efetuados pelos cidadãos mais abastados, além de empréstimos autorizados pelo Governo, inclusive o Vigário foi um dos que emprestaram dinheiro a Comissão de Socorros de Quixeramobim, e posteriormente teve a quantia restituída por ordem do Presidente (APEC, Governo da Província do Ceará, 1863).

A distribuição dos medicamentos ocorria não apenas pelos médicos, pois nas localidades distantes da sede os medicamentos eram entregues a pessoas consideradas inteligentes, as quais recebiam as instruções de como efetuar o tratamento, eram os chamados curiosos. Homens, e quem sabe mulheres, que permanecem anônimos para a história local.

É pertinente questionar ainda a distribuição dos auxílios, pois nem todos recebiam o mesmo tratamento por parte das autoridades, seja em termos de recursos médicos ou em sacramentos religiosos:

depois (a cólera) appareceu mais para cá procurando por esta Cidade pelos lugares Jardim e Varsea Formosa distante daqui de sete a oito legoas em quaes tem feito varias victimas [ilegível] então por ali a pobreza falta de todo e qualquer recurso, tendo até falta de quem os enterre logo como se deo na Varsea formosa com quatro corpos que estiverão mais de hum dia sobre a terra até q passando por ali hu caridoso e não podendo enterrar e nem achando quem o quisesse fazer por paga queimou-s (APEC, CORRESPONDÊNCIAS REMETIDAS, QUIXERAMOBIM, 1862).

A seguir, o autor do ofício<sup>iv</sup> relata que a partir do conhecimento deste fato a Comissão de Socorros *mandou chamar hua das pessoas mais inteligentes do lugar*, o Sr. Manoel de Sousa Mendes, para entregar a ele remédios e roupas que deveriam ser distribuídos aos pobres destas localidades, portanto, estas pessoas não estavam sendo assistidas pelas autoridades anteriormente, e sua morte ocorreu sem nenhum registro, no mais completo abandono de sacramentos.

No início do ano de 1863 outro relato apontou a situação enfrentada pela população quixeramobinense no contexto da epidemia: *ainda continuamos a lutar aqui com a secca, e com o cholera; n'esta cidade só tem morrido pessoas que vem atacadas de fora; porem na freguesia por vários pontos continuava a morrer gente ao desamparo* (O CEARENSE, 30.01.1863).

Esta era a situação denunciada pela Comissão de Socorros de Quixadá, no início do ano de 1863, porém a expressão “continua” indica que possivelmente ocorresse o mesmo no ano de 1862, no entanto, tais fatos não aparecem nos jornais quando representantes de Quixeramobim se manifestavam em defesa do Presidente e das ações por ele desempenhadas em prol da população cearense.



O abandono médico vivenciado pelos habitantes de lugares mais distantes da sede do município pode ser explicado talvez pelo motivo de que quando este novo surto ocorreu, os profissionais contratados para tratar os pobres já haviam sido dispensados, pois o ofício citado acima é datado de novembro e desde setembro o Cearense traz a notícia que relatava o desligamento do Dr. Mendes dos serviços prestados em Quixeramobim (O CEARENSE, 09.09.12), no entanto, será que mesmo durante a atuação dos profissionais dedicados à cura, a população de localidades de difícil acesso foi atendida e recebeu os recursos enviados pelo Governo? Não seria possível que estas pessoas mostrassem resistência ao tratamento médico, optando por formas populares de cura e evitando se dirigir aos locais indicados para receber tratamento? Ficam as questões.

Ainda podemos aprofundar as diferenças no tratamento concedido aos segmentos populares da sociedade, que são retratados anonimamente nas fontes apenas nas expressões “pobres, miseráveis, indigentes e escravos”, sendo que o tratamento dos últimos era considerado de responsabilidade direta do proprietário, portanto, os recursos enviados pelo governo eram destinados a parcela da população designada como “desvalidos”:

E o que direi acerca das baetas, que o Sr. Mattos confessa ter dado aos seus escravos podia acrescentar aos dos seus amigos e pessoas conhecidas, que estavam nas circunstâncias de comprar, e não aos pobres, que a muitos confessei, e vi com dor, que não tinham um pano para se cobrirem. E a propósito declaro, que nunca precisei de baetas e remédios do governo para meus escravos. Preveni-me de tudo, de que pude precisar para minha família, e para socorrer aos pobres, no que fosse compatível com as minhas forças. (O CEARENSE, 09.12.1862).

Assim, sem enveredar pela questão do extravio de medicamentos, das denúncias de médicos quererem receber por dias não trabalhados, bem como da comercialização de itens doados pelo Governo, procuramos refletir sobre as diferentes realidades vivenciadas pela população de Quixeramobim e de seus distritos, especialmente as limitações a que estavam sujeitos aqueles a quem os discursos médicos, políticos e religiosos mais reconheciam como necessitados de socorro: os pobres.

## **FONTES:**

Jornal O Cearense

Jornal Gazeta Official

Arquivo Público do Ceará, Fundos: Comissões Sanitárias, Câmaras Municipais, Saúde Pública.

Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Francisco Xavier Paes Barreto passou a administração da província ao segundo Vice-Presidente da mesma o Excelentíssimo Senhor Joaquim Mendes da Cruz Guimarães, em 9 de abril de 1856. Ceará: Typographia Cearense, 1856.

## **BIBLIOGRAFIA:**

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SIMÃO, Marum. **Quixeramobim**. Reconstituo a história. Fortaleza: Multigraf, 1997.

VASCONCELOS, Barão de. Um documento oficial relativo ao Cholera-morbus no Ceará em 1862. In. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 1910.

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

## **Notas**

---

<sup>1</sup> As citações apresentadas são trechos de partes das Recomendações e medidas preventivas contra o cólera publicadas durante os anos de 1855 e 1856 no jornal O Cearense.

<sup>2</sup> Sobre o documento em que o bispo determina o que fazer

<sup>3</sup> Sobre o Sr. Marfim foram consultados ofícios das Comissões Sanitárias de Quixadá e de Quixeramobim, disponíveis no fundo Saúde Pública no Arquivo Público do Estado do Ceará.

<sup>4</sup> O documento está mutilado, sendo impossível visualizar a autoria do mesmo.